

ATA DA 349ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano dois mil e treze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Renato Campos Pinto De Vitto. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Ricardo Miragaia Souza, Fabiana Botelho Zapata, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Luciano Alencar Negrão Caserta, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Marcia Regina Garutti, Rafael Bessa Yamamura, Rafael Valle Vernaschi, Representando a Segunda Subdefensoria Pública-Geral, Luciana Jordão da Motta Armiliatto de Carvalho, Representando a Terceira Subdefensoria Pública-Geral, Luiz Rascovski e Representando a Apadep, Bruno Diaz Napolitano. O Presidente iniciou a sessão às 09h40min, encaminhando para aprovação a ata da 347ª Sessão Ordinária, no qual foi aprovada por unanimidade. Justificou a ausência da Defensora Geral em razão de compromissos assumidos na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SAP). O Presidente comunicou que, na última segunda-feira, o Governador do Estado, Geraldo Alckmin convocou uma reunião com a participação de diversos Secretários de Estado para tratar da questão da superlotação de presídios, externando o convite à Defensora Geral que integrou o encontro. Relatou que foram discutidas estratégias para enfrentar o problema, e bem como a realização de um mutirão para analisar os casos de detentos que ainda estão em regime fechado. Narrou que foram tratados outros dois assuntos, no qual o primeiro se refere ao atendimento por Defensor Público a presos provisórios, devendo a Defensoria Geral apresentar um projeto para atendimento a presos que estão nos Centros de Detenção Provisória; o segundo assunto se refere à questão da precariedade dos dados sobre prisões em flagrantes no sistema RDO, abordando sobre as dificuldades de aprimoramento do sistema. Considerou que a reunião deve motivar o aprimoramento do fluxo de informações sobre flagrantes no âmbito da Defensoria. Comunicou que, na última terça-feira, a Assembleia Legislativa aprovou o regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar que trata do incremento remuneratório dos Defensores Públicos. Lembrou que, na semana anterior, havia sido aprovado o regime de urgência ao projeto de incremento remuneratório dos Servidores. Destacou que a Defensoria Geral empreende esforços para que ambos os projetos sejam aprovados com celeridade. Comunicou que, na data de hoje, seria realizada uma solenidade de entrega da Medalha Anchieta ao Defensor Público Bruno Miragaia, na Câmara Municipal de São Paulo. Externou o convite para que todos prestigiassem, e novamente parabenizou o Defensor Bruno Miragaia por sua atuação. Noticiou que, nesta semana, houve a designação do Defensor Glauco Mazetto para assumir a Assessoria Criminal da Defensoria Geral, registrando o valoroso trabalho que o Defensor João Henrique Imperia Martini desempenhou no exercício da função. Não havendo mais comunicações da Presidência, passaram-se as comunicações da Secretaria. Informou que todas as providências da sessão passada foram adotadas, no qual a Secretaria do Conselho expediu ofício para os Núcleos Especializados, o Defensor Claudio Lucio, e o envio de e-mail à Defensora Renata Flores para cumprimento das diligências, relativos ao pedido da Conselheira Franciane Marques e aos processos CSDP 234/13, 265/13, respectivamente. Não havendo mais comunicações, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à Diretora da Escola da Defensoria Pública do Estado, Defensora Cristina Guelfi. Informou que, na última quinta-feira, houve o início das inscrições para participação nos pré-encontros de Defensores Públicos, e que, na próxima quarta-feira, será realizado um pregão para contratação das empresas prestadoras de serviços, em razão de impugnações ao edital. Apontou que, embora não se tenha um local determinado, os pré-encontros serão realizados numa distância máxima de 120 (cento e vinte) quilômetros da Capital, havendo ônibus saindo da Barra Funda para levar os Defensores Públicos interessados. Noticiou sobre inovações nos formatos dos Pré-Encontros, a primeira diz respeito à destinação de 40 (quarenta) por cento aos Defensores que atuam com respectivos temas, e caso haja mais Defensores inscritos do que o número de vagas será viabilizado a participação de ao menos um Defensor para cada Regional. A segunda inovação diz respeito à abertura de discussão sobre a atuação estratégica na Defensoria Pública, no qual a Edepe está contratando dois professores da

Fundação Getúlio Vargas para realizar o debate das discussões das teses institucionais e jurídicas, diante do tempo estimado em decorrência da baixa quantidade de teses apresentadas. Consigna-se que a Representante da Associação de Servidores Públicos solicitou a palavra ao momento aberto, após o encerramento das inscrições. O Presidente indagou aos Conselheiros sobre a concessão da palavra a Representante da entidade de classe, e os Conselheiros, à unanimidade concederam. O Presidente franqueou a palavra à Érica Meireles, Representante da Associação dos Servidores. Comunicou que, nesta semana, esteve junto com integrantes da Apadep na Assembleia Legislativa do Estado para tratar dos projetos de majoração salarial dos Servidores e dos Defensores. Informou ter se reunido com os Deputados Estaduais Barros Munhoz e Luiz Cláudio Marcolino. Relatou que teve conhecimento das emendas aos projetos e que, no mérito, a Associação de Servidores e a Apadep não são contrária a elas, mas consignando a necessidade de urgência na aprovação de ambos. Destacou que o projeto remuneratório dos Servidores já possui parecer da Comissão de Constituição de Justiça, e que está aguardando a aprovação da Comissão de Finanças e Orçamento. Apontou que, na próxima semana, haverá uma fala de cinco minutos concedida às associações em reunião no Colégio de Líderes, e considerou importante a realização de uma mobilização no local. O Representante da Apadep, Bruno Napolitano relatou que esteve reunido com os Deputados Rodrigo Moraes e Leci Brandão. A Representante da Associação dos Servidores, Érica Meireles indagou sobre como se dará a discussão da proposta de distribuição dos novos cargos de Servidores, e sugeriu que a discussão fosse realizada por videoconferência. O Presidente informou que a proposta foi fruto de diversas reuniões abertas sobre o tema e que já foi apresentada formalmente ao Conselho Superior, onde poderá ser amplamente debatida, sem a necessidade de reabertura de prazo para novas manifestações. A Representante da Associação dos Servidores, Érica Meireles solicitou, durante o recesso de final de ano, o pagamento de auxílio alimentação aos Servidores, citando sobre o precedente do ano passado. O Presidente respondeu que inicialmente não vê óbice em atender o pleito, mas registrou que o pedido será analisado no âmbito da Defensoria Geral. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se as manifestação dos Conselheiros sobre assuntos diversos. A Conselheira Marcia Garutti informou que, nesta sexta-feira, estiveram visitando a Defensoria Paulista, um grupo de Defensores Públicos do Paraná. O Presidente parabenizou a presença dos Defensores do Estado do Paraná que tomaram posse no primeiro Concurso Público. Considerou salutar que mais um Estado cumpra o modelo constitucional e público de assistência jurídica integral e gratuita, e afirmou que a criação da Defensoria em Santa Catarina e Paraná rompe com a lacuna de acesso à justiça que havia na Região Sul do País. Reiterou o convite realizado pela Edepe para que os empossados observassem a realização do curso de capacitação promovido pela Edepe. O Conselheiro Luciano Caserta solicitou informações sobre o peticionamento eletrônico em revisões criminais, e mostrou a necessidade de envio de comunicado destinado aos Defensores que possuem dúvidas com relação ao trâmite dos processos – físicos ou virtuais. Consigna-se que o Coordenador de Tecnologia da Informação, Luiz Bressane esteve presente à sessão e prestou esclarecimentos. Ele informou que as revisões criminais continuarão sendo feitas em papel, e somente serão digitalizadas as revisões criminais de processos que são originalmente digitais. O Presidente elogiou o empenho do Defensor Bressane à frente da Coordenadoria de Tecnologia da Informação. O Representante da Terceira Subdefensoria, Luiz Rascovski anunciou que, no próximo sábado, a Defensoria Pública participará da segunda fase do projeto “paternidade responsável”, em Itaquera, promovido pelo Tribunal de Justiça. Informou que, no dia vinte de novembro, as inscrições de processos para a semana nacional de conciliação será encerrada. Por fim, comunicou que a Comissão instituída para elaboração do banco de peças tem se reunido periodicamente, e reforçou o pedido para que Defensores Públicos remetessem peças para a Comissão, a fim de atualizar o sistema. O Conselheiro Bruno Miragaia ressaltou a importância de se retomar o convênio com o CREA, especialmente para que haja subsídios técnicos para instruir processos de tutela coletiva. O Presidente informou que houve um impasse na renovação do convênio com o CREA, devido ao reajuste das condições, no que tange ao expressivo aumento de preços, e solicitou à Assessoria de Convênios para que reabra as negociações junto ao CREA. Compartilhou das dificuldades causadas pela ausência de cobertura, antes realizado pelo CREA, contudo, apontou que a Defensoria Geral busca firmar convênios com arquitetos e urbanistas para suprir a ausência, bem

como zelar pela legalidade dos convênios firmados. O Representante da Terceira Subdefensoria, Luiz Rascovski mencionou sobre a viabilização de convênios com instituições médicas para instrução de processos que tratam de erros médicos. O Presidente lembrou sobre o convênio firmado pela instituição junto ao Instituto de Medicina Social e de Criminologia do Estado (Imesc), a fim de realizar exames de DNA em casos de investigação de paternidade e outros exames de medicina legal. Comprometeu-se em trazer novidades sobre o tema, registrando a previsão de realização de cursos que esclareçam aos Defensores Públicos sobre o potencial de utilização do convênio referido. O Representante da Apadep, Bruno Napolitano indagou sobre o calendário do recesso forense ao final do ano. Reiterou o pedido a Conselheira Franciane Marques. O Presidente informou que a minuta será divulgada em breve, mas ressaltou que será adotada a mesma sistemática observada em 2012, podendo ser feitos ajustes. O Conselheiro Bruno Miragaia resgatou o pedido feito no âmbito do Conselho Superior para que fosse feito um levantamento das demandas no ano passado. A Conselheira Marcia Garutti informou que a Corregedoria Geral indagou os Defensores Públicos a respeito do plantão de fim de ano. Apontou que poucos enviaram suas manifestações, no entanto aqueles que responderam retornaram dizendo que faltavam servidores e também apontaram um baixo índice de sucesso na concessão de liminares. O Representante da Terceira Subdefensoria, Luiz Rascovski informou que no âmbito da Assessoria Cível houve um levantamento realizado, porém impossível de extrair alguma coisa produtiva com relação à devolutiva dos Defensores, mas informou que houve, relativamente, baixo o atendimento. O Representante da Apadep, Bruno Napolitano comunicou que foi firmada uma parceria entre o Núcleo Especializado de Direitos Humanos e a Clínica de Direitos Humanos da PUC-SP, objetivando que os alunos da respectiva Faculdade de Direito acompanhem o atendimento jurídico especializado para a população em situação de rua. A Conselheira Franciane Marques indagou sobre a possibilidade da mudança do Fórum de Carapicuíba para a cidade de Osasco. O Presidente informou que a Defensoria Geral acompanha essa questão, inclusive indagando periodicamente à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado a respeito, sendo certo que a Assessoria da Presidência do TJSP firmou compromisso de avisar com antecedência à Defensoria qualquer decisão que implique em alteração do fórum em questão. O Conselheiro Rafael Bessa observou que foram publicadas resoluções para criação dos Departamentos de Execução Penal nas Comarcas de Campinas e Ribeirão Preto, e indagou sobre o resultado da reunião que seria realizada pela Terceira Subdefensoria na semana passada. O Presidente informou que após a reunião ocorrida com representantes do Tribunal de Justiça do Estado, a Defensoria Pública deverá receber informações quantitativas sobre as unidades regionais do Departamento de Execução Criminal. Informou que o Assessor Criminal, Glauco Mazetto iniciou o diálogo com o Tribunal de Justiça do Estado para tentar enxergar e antecipar as dificuldades advindas dessa resolução. Apontou que a Assessoria Criminal e a Terceira Subdefensoria levarão dados de processos e se reunirá com os Defensores do Núcleo de Situação Carcerária e das Regionais de Campinas e Ribeirão Preto para ajustar a atuação da instituição nos novos órgãos jurisdicionais. Por fim, esclareceu que somente os casos iniciados eletronicamente irão tramitar nesses novos órgãos, e apontou que a "Super Vec" só será operacionalizada, a partir da digitalização de novos processos de execução penal instaurados, relativos a sentenciados que não tenham autos físicos de execução em andamento. Informou que, oportunamente, os colegas que atuam na área da VEC nas comarcas de Ribeirão Preto e Campinas serão chamados para dialogar sobre os problemas e soluções já vislumbrados. Não havendo mais inscritos para manifestações, passou-se a ordem do dia. O Presidente indagou se haveriam inversões e exceções, e após indicações pelos Conselheiros, iniciou-se pelo processo CSDP nº 265/13. Interessada: Renata Flores Tibyriça. Assunto: Pedido de afastamento para participação como palestrante no "I encontro Estadual de Defensores Públicos em Direitos Humanos", no dia 17 de outubro de 2013. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator informou que a diligência foi cumprida, e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento retroativo. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado pelos Conselheiros, à unanimidade, acompanhar o relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada. CSDP nº 285/13 (Excetuado a pauta). Interessada: Coordenadora Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de

Deliberação que autoriza a realização de concurso público de provas e títulos de estagiários de direito regionalizados na Capital, Região Metropolitana da Capital e Interior. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O relator leu o relatório, e proferiu o voto no sentido de deferir a abertura do certame, bem como indicar a Defensora Pública Cristina Victor para Presidir a Banca Examinadora. Sugeriu a abertura de prazo para que interessados em comporem a banca examinadora pudessem se manifestar no prazo de dois dias. A Conselheira Fabiana Zapata informou que os editais anteriores não havia previsão de abertura de inscrições para interessados em integrar a Banca Examinadora, em razão do exíguo prazo para publicação do edital. Considerou que se houver sorteio, a Presidente da Banca Examinadora ficaria limitada à escolha daqueles inscritos. O Conselheiro Rafael Vernaschi concordou com o relator, e sugeriu que no comunicado houvesse a menção de que a escolha seria feita pela Presidente da Banca Examinadora. A Conselheira Luciana Jordão informou que no edital não há previsão de abertura de inscrições para sorteio de integrantes da Banca Examinadora, em razão da função não ser gratificada. O Presidente pediu a compreensão sobre a realização de editais do Concurso de Estagiários de Direito que possuem cronograma apertado, e apontou que, nesse caso, há necessidade de abertura das inscrições para que as provas sejam realizadas e homologadas o mais breve possível. A Conselheira Luciana Jordão sugeriu que houvesse um comunicado, via CGA, para que os Defensores Públicos interessados em compor a banca do certame enviassem a manifestação, mas mostrou a necessidade de apresentar os integrantes escolhidos na próxima sessão, em razão do curto cronograma. Após a discussão, os Conselheiros, à unanimidade de votos, acompanhou o relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o edital de abertura do certame, a ser publicado oportunamente. Deliberou, ainda, homologar a indicação da Defensora Pública Cristina Victor Garcia para presidir a Banca Examinadora do Concurso Regionalizado de Estagiários de Direito. Deliberou por fim, que a Presidente da Banca Examinadora encaminhará comunicado à carreira para consulta dos interessados na composição da Banca. CSDP nº 210/13. Interessada: Defensora Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura do VI Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator informou ter recebido a manifestação da Presidência da Banca Examinadora contendo a lista final de aprovados na primeira prova escrita, após o julgamento dos recursos. Proferiu o voto no sentido de homologar o resultado final, bem como a publicação da ata de julgamento dos recursos. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado pelos Conselheiros, à unanimidade, acompanhar o relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o edital do resultado final da primeira prova escrita, após o julgamento dos recursos, a seguir publicado. Impedida a Conselheira Fabiana Botelho Zapata. CSDP nº 261/13. Interessadas: Roberta Marques Benazzi Villaverde e Adriana Mayer dos Santos. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 01ª DP da Unidade de Mogi das Cruzes). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O relator informou que a Secretaria do Conselho Superior certificou nos autos que não houve interessados na permuta entre as proponentes, e proferiu seu voto no sentido de deferir o pleito. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado pelos Conselheiros, à unanimidade, acompanhar o relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir a permuta entre as Defensoras Públicas Roberta Marques Benazzi Villaverde e Adriana Mayer dos Santos. CSDP nº 263/13. Interessadas: Roberta Prestes Abissamra e Laura Barbosa Ravagnani. Assunto: Remoção por permuta (03ª DP da Unidade Santo André e 17ª DP da Unidade de Santo Amaro). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo para manifestações. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado pelos Conselheiros, à unanimidade, acompanhar a relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, abrir prazo para manifestação, nos termos do comunicado a seguir publicado. (COMUNICADO). Nos termos da Deliberação CSDP nº 189, de 20 de agosto de 2010, nos autos do Processo CSDP nº 263/13, e consoante dispõe o artigo 123, parágrafo único da Lei 80/94, torno público o pedido de permuta formulado pelas Defensoras Públicas Roberta Prestes Abissamra, classificada na 03ª Defensoria Pública, Regional Grande ABCD, Unidade Santo André, e Laura Barbosa Ravagnani, classificada na 17ª Defensoria Pública,

Regional Sul, Unidade Santo Amaro, visando possibilitar que outros Defensores classificados nas mesmas Unidades manifestem eventual interesse na permuta. Os interessados deverão apresentar requerimento dirigido ao Conselho Superior da Defensoria Pública até o dia 25 de outubro de 2013, através do endereço conselho@defensoria.sp.gov.br. A inscrição somente será considerada válida a partir da confirmação do recebimento da mensagem eletrônica pela Secretaria do Conselho Superior. CSDP nº 264/13. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Pedido de afastamento para participação em conferência promovida pelo Centro de Direitos Humanos e Justiça Global da Universidade de Nova York, nos dias 1º e 04 de novembro de 2013. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado, no período de 31 de outubro a 05 de novembro, sem a percepção de diárias e outras verbas indenizatórias. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado pelos Conselheiros, à unanimidade, acompanhar a relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento do interessado. CSDP nº 280/11. Interessada: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 121/12. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentar a conversão da licença-prêmio em pecúnia. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Presidente informou que a Defensora Geral está aguardando a diligência por sua Assessoria Jurídica, devendo apresentar em breve. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/12. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 032/13. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de edição de deliberação para disciplinar a sistemática indenizatória das atividades de especial dificuldade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 060/13. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria e Conselho Consultivo. Assunto: Pedido de providências do Conselho Consultivo da Ouvidoria Geral. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A relatora proferiu a leitura do parecer elaborado pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação, e proferiu o voto pela ratificação da Deliberação CSDP 277/13. A Ouvidora-Geral, Luciana Zaffalon afirmou que o portal da instituição restringe o acesso de alguns itens pelo usuário externo, indo contra a lei de transparência, e citou que no parecer elaborado pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação com relação às demandas trazidas em momento aberto, previa um prazo de 10 (dez) dias para sua implementação, que ainda não foi cumprido. Considerou a possibilidade de que os vídeos das reuniões de trabalho e as sessões do Conselho Superior sejam disponibilizados de forma gratuita, viabilizando a consulta através do canal "youtube", nos moldes de como a Ouvidoria disponibiliza as sessões do Conselho Consultivo da Ouvidoria. Por fim, manifestou que o parecer menciona as expressões contrárias a proposta da Ouvidoria-Geral. O Presidente apontou que havia outro processo tramitando na Coordenadoria de Tecnologia da Informação, a fim de tratar do acompanhamento das demandas trazidas em momento aberto, e pontuou que o termo utilizado no parecer menciona a apresentação de conteúdo, sem constituir sua supressão ou edição. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon pediu vista dos autos para elaborar seu parecer. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado pelos Conselheiros, à unanimidade, conceder vista. Vista concedida à Ouvidoria Geral, Luciana Zaffalon Leme Cardoso. CSDP nº 189/13. Interessada: Danielle Rinaldi Barbosa. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: Unidade Santo André / Para: Unidade Santos). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti

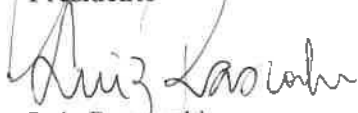
Alves da Silva. O Conselheiro Luiz Rascovski leu o relatório da Conselheira Juliana Saad e proferiu o voto vista no sentido de deferir o pedido alternativo da interessada, no qual havia interesse em mais de uma comarca, sendo elas: Santos, São Vicente e Guarujá. Votou, também, pelo encaminhamento dos autos à administração para selecionar o local de atuação, diante dos precedentes jurisprudenciais sobre o tema. O Conselheiro Luciano Caserta indicou ter tido contato com a proponente, na época do pedido, e a interessada havia se manifestado pelo interesse nas Unidades: Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá. Apontou que o voto vista está delimitando as preferências da interessada, não acostando a manifestação da interessada. O Conselheiro Luis Gustavo opinou que uma escolha posterior pela Administração caberia se houvessem duas vagas igualmente distantes da comarca pretendida, e avaliou não ter empecilhos em permuta para cidades limítrofes, a fim de viabilizar a proteção à união familiar. O Conselheiro Rafael Bessa manifestou que o processo havia sido suspenso, em razão de regulamentação sobre o tema, mas na ausência desta, mostrou a necessidade de seguir os precedentes do Conselho Superior sobre o tema. Contudo, entendeu que, caso houvesse vagas simultâneas, a escolha fosse realizada pela interessada, exclusivamente para a cidade da mesma Regional. O Conselheiro Rafael Vernaschi reforçou que houve o adiamento do processo, diante da regulamentação, conforme o processo CSDP 197/13. O Conselheiro José Moacyr afirmou que não há precedentes no âmbito do Conselho Superior no caso solicitado, e citou que a única deliberação pelo Colegiado permitiu a remoção para unidade diversa da residência do cônjuge apenas nos casos em que, nesse local de residência, inexistia unidade da Defensoria instalada. Avaliou que não deve haver mais uma exceção, devendo o pedido ser analisado de maneira restrita, mas destacou que se houver a criação de vaga em outro local de interesse, a interessada poderá desistir desta remoção, aprovada e não efetivada, e candidatar-se à nova vaga, através de novo requerimento. O Conselheiro Bruno Miragaia sugeriu suspender o processo até a regulamentação sobre o tema. O Conselheiro Luciano Caserta discordou e manifestou a necessidade de urgência em deliberar sobre a matéria em razão de futuros pedidos que, por ventura, possam ser matéria de análise pelo Conselho Superior. O Presidente mostrou preocupação com relação à deliberação casuística, sem que haja uma consolidação dos entendimentos pelo Colegiado, e sugeriu que os Conselheiros se debruçassem sobre uma regulamentação a respeito de remoções encampando o posicionamento do Conselheiro José Moacyr, no que tange a restringir a região de domicílio do cônjuge. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado pelos Conselheiros, à maioria de votos, vencidos o relator e a Conselheira Juliana Saad, acompanhar o voto vencedor formulado pelo Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento, vencidos os Conselheiros Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva e Juliana Saad, deferir o pedido de remoção da interessada, condicionado à abertura do certame e a efetiva existência de vaga. Deliberou ainda, ser ônus de a interessada informar eventual alteração de sua condição. CSDP nº 197/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/10 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselheiro Luiz Rascovski leu o relatório da Conselheira Juliana Saad e proferiu o voto vista no sentido de ampliar a regulamentação de tal espécie de remoção, acolhendo o voto do relator e a ele acrescentando a proposta de prever: a) a possibilidade de a remoção por união de cônjuges ou companheiros ser requerida antes da criação da vaga no município para qual o interessado pretende se remover; b) que não haja unidade efetivamente instalada no município que seja domiciliado do cônjuge ou nela não haja vaga; c) que o interessado opte pelo município para o qual pretende se remover, ficando sujeito à regra prevista no parágrafo único do artigo 112, cujo prazo terá início da data da efetivação da remoção. Após a discussão, o Presidente sugeriu aguardarem o retorno da Conselheira Juliana Saad, a fim de debater o tema desta envergadura, sendo aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 215/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de deliberação que organiza a política institucional de atendimento às mulheres presas visando assegurar gestação segura e o exercício da maternidade durante o período da custódia penal, bem como a garantia, com prioridade

absoluta, dos direitos das crianças e dos adolescentes. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 223/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Pedido de revisão aos atos normativos preparatórios emitidos pela Comissão Organizadora das Pré-Conferências Regionais e da Conferência Estadual do IV Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 235/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral de Atividades (fevereiro de 2013 a junho de 2013). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. A relatora proferiu a leitura da resposta diligenciada, e votou no sentido de deferir o relatório e recomendar que todos os Coordenadores de Núcleos anexassem junto aos autos às atividades realizadas no período encaminhado para análise do Conselho Superior. A Conselheira Franciane Marques compartilhou da recomendação, e afirmou que em seu voto do último relatório como relatora do Núcleo de Direitos Humanos, proferiu o pedido desta recomendação. O Presidente se comprometeu em construir uma proposta de reavaliação do modelo de relatório semestral dos Núcleos Especializados, bem como, de forma analítica, inserir os relatórios semestrais no portal dos Núcleos. O Conselheiro Rafael Bessa sugeriu que os Coordenadores informassem nos relatórios o monitoramento nos Ciclos de Conferências. O Presidente determinou que a Secretaria do Conselho aditasse em todos os futuros relatórios semestrais enviados pelos Núcleos Especializados, o voto de Conselheiro referente ao processo anterior, a fim de que o relator do próximo relatório possa analisar o cumprimento das diligências. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado pelos Conselheiros, à unanimidade, acompanhar o relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. CSDP nº 254/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de distribuição de cargos da carreira de apoio da Defensoria Pública, criados pela Lei Complementar Estadual nº 1.203/13. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Presidente apresentou um resumo da proposta, e proferiu a justificativa da distribuição de oficiais e agentes nas regionais e unidades da Defensoria Pública. Relatou que o provimento dependerá da infraestrutura nas unidades para recepcionar os servidores, no qual poderá ser realizada de modo escalonado. Informou que, inicialmente, houve a priorização de casos urgentes, em Unidades de situações mais complicadas. O Conselheiro Bruno Miragaia indagou sobre a distribuição de servidores nas unidades da Regional Leste, e indagou também sobre a distribuição de três duplas de servidores destinadas à Regional Criminal e mais uma dupla para a Assessoria Técnica Psicossocial. O Presidente esclareceu que as situações peculiares podem ser analisadas, por isso alguns cargos ainda não foram distribuídos, e justificou que a proposta baseia-se em garantir uma dupla de psicólogo/assistente social em cada unidade. Por fim, se comprometeu em sanar as dúvidas levantadas na próxima sessão, apontando que, na área Criminal, existem diversos casos que podem ser enfrentados, se houver um fortalecimento do CAM, mas para isso solicitará subsídios entre os Agentes que atuam no CAM da Regional Criminal. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 242/13. Interessado: Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral de Atividades (Outubro de 2012 a março de 2013). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 243/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação que disciplina a metodologia institucional de inspeções de monitoramento das condições materiais de aprisionamento nos estabelecimentos destinados à privação da liberdade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 248/13. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de Pós Graduação no Exterior, no período de outubro de 2014 a setembro de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 259/13. Interessada: Danielle Gaiotto e Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no XI Congresso Nacional de


Defensores Públicos, nos dias 13 a 16 de novembro de 2013. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dezoito dias do mês de outubro do ano de 2013.




Renato Campos Pinto De Vitto  
**Presidente**



Luiz Rascovski  
**Conselheiro Substituto\_3ª Subdefensoria**




Bruno Ricardo Miragaia Souza  
**Conselheiro**




Franciane de Fátima Marques  
**Conselheira**



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva  
**Conselheiro**



Luciana Zaffalon Leme Cardoso  
**Conselheira**



Bruno Diaz Napolitano  
**Representante da Apadep**



Marcia Regina Garutti  
**Conselheira**



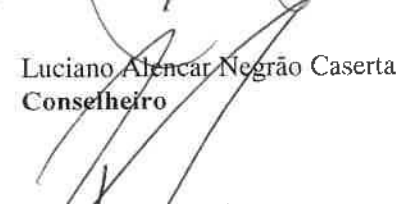
Luciana Jordão da Motta A. de Carvalho  
**Conselheira Substituta\_2ª Subdefensoria**



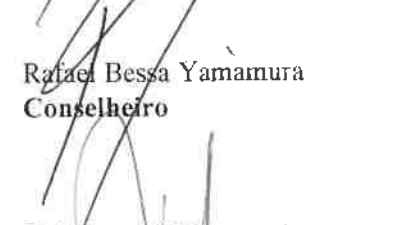
Fabiana Botelho Zapata  
**Conselheira**




José Moacyr Doretto Nascimento  
**Conselheiro**



Luciano Alencar Negrão Caserta  
**Conselheiro**



Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**



Rafael Valle Vernaschi  
**Conselheiro**